

Para Lobão, desmatamento é escândalo internacional

Devastação de 26 mil quilômetros quadrados – extensão que supera a de vários países – recebe críticas em Plenário. Para Edison Lobão, trata-se de "um escândalo".

Página 8



Brasileiros estão mais obesos, adverte Augusto

O excesso de peso, mal já conhecido dos Estados Unidos e da Europa, ameaça brasileiros com doenças de difícil controle, como diabetes, adverte Augusto Botelho.

Página 3



Gerardo Magalhães



Ao receber o presidente do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, Tom Catania, o presidente do Senado, Renan Calheiros, fez uma explanação sobre a situação política no país e as medidas que o Congresso vota para tornar o Brasil mais atrativo aos investimentos estrangeiros.

Página 6

Senado pode ampliar os direitos da mãe adotante

Proposta da senadora Maria do Carmo concede licença-maternidade a quem acolher criança legalmente

O Plenário pode votar hoje cinco propostas de emendas à Constituição. Além da que trata da licença-maternidade, constam da pauta a que prorroga o prazo para aplicação de recursos em programas de

irrigação do Nordeste; a que garante a participação popular no processo orçamentário; a que viabiliza a existência de municípios criados por meio de plebiscito até o ano 2000; e a que institui o Plano Nacional

de Cultura. Os senadores devem ainda analisar a indicação de dez nomes para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, assim como programações monetárias apresentadas pelo Banco Central.

Página 3

Índios reivindicam demarcação de terras

Os índios tapebas, que viviam numa área de mais de 30 mil hectares em Caucaia (CE), a 17 quilômetros de Fortaleza, reivindicam hoje a posse de 4,6 mil hectares. A CPI da Terra, do Congresso Nacional, esteve em Caucaia e ouviu o principal pedido da tribo: a demarcação de suas terras. Na Assembléia Legislativa do Ceará, participantes de audiência pública denunciaram a existência de

pistolagem no estado. A maioria das vítimas, segundo a deputada estadual Íris Tavares, é constituída de trabalhadores rurais. O deputado estadual José Maria Pimenta sugeriu que, para se combater a grilagem de terras, se estatizem os cartórios de registro de imóveis. Ele defendeu uma devassa nessas instituições, "para se conhecer efetivamente a origem das propriedades de terras no país".

Página 7



AUDIÊNCIA Alvaro Dias, João Alfredo e Ana Júlia ouvem as reivindicações dos índios cearenses

Recurso contra CPI vai à Comissão de Justiça da Câmara

Criação de comissão parlamentar de inquérito foi debatida em Plenário por Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, Heloísa Helena, Almeida Lima e Heráclito Fortes

Páginas 4 e 5



SUBSÍDIO Wirlande afirma que pesquisas do gênero servem como base para propostas legislativas

Wirlande da Luz destaca pesquisa sobre violência

O senador Wirlande da Luz (PMDB-RR) elogiou pesquisa realizada pelo Senado sobre a violência doméstica contra mulheres. Ao mesmo tempo em que protestou contra a realidade revelada pelo levantamento – 50% das entrevistadas agredidas em casa confessaram ter sido atacadas mais de quatro vezes –, o parlamentar assinou a importância de estudos do gênero para subsidiar a elaboração de propostas legislativas pelo Congresso.

Do universo de entrevistadas pelo Senado, 17% admitiram ter sido vítimas de agressão em casa. A violência física liderou o ranking de ocorrências (55%), seguida pela violência psicológica (24%), violência moral (14%) e agressão sexual (7%).

CPI dos Correios

Wirlande aproveitou a ocasião para rebater notícia publicada no jornal *Correio Brasileiro* sobre seu apoio à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios, texto que teria se baseado em declarações suas. O senador informou que não foi entrevistado pelo jornal. E confirmou ter assinado requerimento de criação da CPI, destacando que tomou a decisão por questões éticas.

Agenda

Programação tributária e Conselho do MP

Na sessão de hoje, marcada para as 14h, os senadores analisam projetos de decreto legislativo e cinco propostas de emenda constitucional, entre elas a que estende a licença-maternidade à adotante. Além

disso, o Plenário vai analisar ainda os nomes dos indicados para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, órgão de controle externo do Ministério Público, criado pela reforma do Judiciário.



Renan recebe ministro da Saúde

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe o ministro da Saúde às 10h30. Às 12h, participa de reunião da Frente Mista por um Brasil sem Armas. Recebe, às 15h30, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) e sindicalistas do setor elétrico. Às 16h, preside sessão deliberativa. Às 18h30, recebe Bíblia em braille, entregue ao Senado pela Sociedade Bíblica do Brasil. Vai a coquetel inaugural da Associação Brasileira de Radiodifusores, às 21h.



Isenção fiscal e Imposto de Renda na CAE

Em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne às 10h, proposta que isenta de Imposto sobre Importação equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual (PLS 206/03); e que amplia o rol de pessoas físicas que não pagam Imposto de Renda por serem portadoras de doenças (PLS 83/03). A CAE discute ainda projetos sobre a atualização anual das tabelas do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

CCJ analisa indicações para Conselho do Ministério Público

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa, às 10h, as indicações de Paulo Sérgio Prata Rezende, Luciano Chagas da Silva e Saint'Clair Luiz do Nascimento Júnior para compor o Conselho

Nacional do Ministério Público (CNMP). Às 11h, a Comissão de Educação discute proposta que obriga o ensino de Direito Internacional Humanitário nas Forças Armadas (PLS 281/03).



Definições do Orçamento

Os líderes partidários promovem análise prévia do relatório final do deputado Ricardo Barros (PP-PR) com as sugestões para mudança na tramitação da lei orçamentária anual (LOA). O texto será votado

na reunião marcada para as 15h30. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se às 15h para instalação da Mesa que vai discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Telefonia na CMA

Proposta em tramitação na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com reunião prevista para as 11h30, visa proibir empresas de veicular propagandas ao consumidor que aguarda, na linha telefônica, o atendimento de sua ligação (PLS 31/05).

Mulher Latino-Americana

Após a ordem do dia, a Comissão do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana elege o presidente e o vice-presidente do colegiado, responsável por desenvolver atividades que marquem o Ano da Mulher Latino-Americana, sugestão do Senado acolhida pelo Parlamento Latino-Americano (Parlatino).

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



ROUBO Tebet diz que os juros cobrados dos aposentados, de 2% ao mês, "são verdadeiro assalto"

Ramez Tebet questiona crédito consignado

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu ontem uma reavaliação do programa de crédito incentivado pelo governo que permite ao aposentado pegar empréstimos com desconto em folha, com juros de 2% ao mês.

– Trata-se de um verdadeiro assalto juros de 2% ao mês – afirmou o senador, acrescentando que a modalidade não causa prejuízo aos bancos por causa do desconto em folha.

Segundo Tebet, os aposentados muitas vezes são pessoas simples que não sabem trabalhar com as instituições de crédito.



PROIBIÇÃO Texto de José Jorge visa vetar publicidade destinada a aposentados e pensionistas

José Jorge quer evitar mais dívidas de aposentados

Os bancos poderão ser proibidos de veicular publicidade para convencer beneficiários de aposentadoria e pensão no Regime Geral da Previdência a contratar empréstimos com desconto em folha. Projeto de lei do senador José Jorge (PFL-PE) nesse sentido tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele quer evitar a concessão exagerada desses empréstimos, especialmente para quem ganha de um a dois salários mínimos.

Depois da CCJ, o texto (PLS 161/05) vai à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para análise em caráter terminativo.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Maria da Conceição Lima Alves, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Valéria Ribeiro (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Augusto Botelho alerta para o perigo da obesidade

O senador Augusto Botelho (PDT-RR), que é médico, disse que os brasileiros começam a ser afetados por um mal já conhecido nos Estados Unidos e na Europa: o excesso de peso, que leva a várias doenças de difícil controle, como diabetes, problemas cardíacos, pressão arterial elevada e algumas formas de câncer. Ele lamentou que a política do governo contra a obesidade ainda seja tímida.

Augusto Botelho informou que 21 de cada grupo de 100 brasileiros adultos estão com excesso de peso, o que soma 39 milhões de pessoas. Dessas, 10,5 milhões são obesas. E lembrou uma afirmação do endocrinologista carioca Waldir Coutinho, chefe do Grupo de Obesidade e Transtornos Alimentares, que, recentemente, fez uma triste constatação, a partir de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): "Na favela tem mais obeso do que desnutrido".

O senador pediu uma política "mais firme" do governo no combate à obesidade, incluindo campanhas nas emissoras



DESCONTROLE Augusto destaca que 21 de cada grupo de 100 adultos estão com excesso de peso

públicas de rádio e televisão. Uma política com essa finalidade, no entanto, não diminui a importância do combate à fome no país – as duas políticas devem ser executadas ao mesmo tempo, recomendou.

– Se medidas preventivas apropriadas não forem tomadas imediatamente, mais pessoas morrerão por excesso de peso do que por falta de comida, inclusive no Brasil.

Augusto Botelho sustentou que é mais barato manter a boa saúde do que recuperá-la. Não se trata de uma tarefa fácil, observou, pois envolve mudanças de hábitos sociais e comportamentos mais saudáveis. Como médico, disse o que deve ser feito para a redução de peso das pessoas: comer menos açúcar e gorduras saturadas, diminuir a quantidade de sal, comer mais frutas e verduras e praticar alguma atividade física por uma hora todo dia.

Entidades pedem a Renan adesão a tratado antitabaco

O ministro da Saúde, Humberto Costa, e representantes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e de entidades como a Rede Tabaco Zero (RTZ), a Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh) e a Associação Brasileira de Não Fumantes (ABNF) vão entregar hoje, às 10h30, ao presidente do Senado, Renan Calheiros, documento no qual pedem agilidade na aprovação da ratificação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco.

O texto da ANPT explica que a Convenção-Quadro – instrumento de proteção ao fumicultor, que prevê apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de uma política de reconversão do fumo – é o primeiro tratado internacional de saúde pública da história da Humanidade.

A matéria destaca que, para participar das negociações, o Brasil precisa aprovar o projeto de decreto legislativo (PDS

602/04) que ratifica a adesão ao tratado e entregar o documento à Organização das Nações Unidas (ONU) até o dia 7 de novembro de 2005.

A convenção, ainda de acordo com a carta da ANPT, lista medidas a serem adotadas para reduzir a demanda por tabaco e a oferta de produtos do tabaco, fortalecer a proteção ao meio ambiente, além de prever cooperação técnica, científica e o intercâmbio de informações entre os países participantes.

A proposta já passou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e, a requerimento dos senadores Sérgio Guerra (PSDB-SE) e Paulo Paim (PT-RS), também foi enviada às comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto atualmente está na CAS, aguardando designação de relator, e, após ser examinado pelas duas comissões, retorna à CRE.

Licença-maternidade para adotante pode ser votada

■ Plenário do Senado deve analisar mais quatro propostas, entre elas a que cria o Plano Nacional de Cultura

O Senado deverá votar hoje a proposta de emenda à Constituição que concede licença-maternidade às mulheres que adotarem crianças legalmente, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). De acordo com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a ser submetido ao Plenário, será garantida, nos termos da lei, a licença-maternidade, com duração mínima de 30 e máxima de 120 dias, à mulher a que for concedida a adoção de criança, sem prejuízo do emprego e do salário da beneficiária. O direito à licença já é assegurado pelo regime jurídico dos servidores federais às servidoras públicas que adotarem crianças.

Outras quatro PECs constam da pauta de votação e três delas serão examinadas em primeiro turno. Uma é a PEC 48/03, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que prorroga o prazo para a aplicação de recursos em programas de irrigação do Nordeste, e a PEC 73/99, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que garante a participação da população e de entidades civis no processo orçamentário. Há ainda a PEC 12/04, do senador Luiz Otávio



Maria Mariz

CIDADANIA Projeto de autoria de Maria do Carmo Alves (foto à direita) será analisado pelo Plenário

(PMDB-PA), que viabiliza a existência de municípios criados por meio de plebiscito até o ano 2000.

Já a PEC 57/03, que institui o Plano Nacional de Cultura, deverá ser votada hoje em segundo turno. O Plenário deverá analisar ainda a indicação de dez nomes para compor o Conselho Nacional do Ministério Público e as programações monetárias apresentadas pelo Banco Central para o terceiro e o quarto trimestres de 2004, bem como as do primeiro e segundo trimestres de 2005 (Projetos de Decreto Legislativo 241 a 244/05). Também consta na pauta a votação do Projeto de Lei da Câmara 27/05, que cria, no âmbito do Ministério da Cultura, o Prêmio de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça.

Amanhã, será realizada, às 11h, sessão especial para comemorar os 60 anos de criação do Tribunal Superior Eleitoral



Rosewell Pinheiro

(TSE). A partir das 14h, o Plenário deverá votar a PEC 12/03, que define a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Outras duas PECs constam da pauta da quinta-feira: a de número 29/02, que permite a prorrogação, até 2016, do prazo de vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef); e a 87/03, que incorpora os servidores públicos civis do extinto território de Rondônia aos quadros da União.

Maciel quer homenagem especial a Machado de Assis

Projeto do senador Marco Maciel (PFL-PE), que fixa 2008 como o Ano Nacional Machado de Assis (PLS 187/05), foi encaminhado à Comissão de Educação (CE), onde receberá decisão terminativa.

Machado de Assis nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1839, e faleceu em 29 de setembro de 1908. De família pobre, estreou na literatura com pouco mais de 15 anos, com o poema *Ela*. Trabalhou na Imprensa Nacional e ajudou a fundar a Academia Brasileira de Letras, em 1897, da qual foi o primeiro presidente.

Maciel citou o escritor Josué Montello, que, na opinião do

senador, descreve com maestria a dimensão do homenageado: "Machado é um escritor que, embora geograficamente limitado à sua província, aos seus amigos, à sua cidade, é também um homem universal, porque o que ele reflete, o que ele pensa, é de tal ordem que os acontecimentos que passavam pelo mundo encontravam sempre no comentário do cronista a expressão correspondente de um homem absolutamente atualizado".

Para Maciel, a vida de Machado de Assis deve ser mais conhecida e sua obra mais divulgada e discutida, como exemplo de escritor que va-



Gerardo Magela

VALORIZAÇÃO Para Maciel, vida do escritor deve ser mais conhecida e sua obra mais divulgada

lorizou o idioma português como um dos elos mais fortes da nacionalidade. Maciel lembrou também que Machado "deu exemplos de superação e realização que enobrecem o ser humano e deve ser reverenciado como modelo de cidadão e escritor que tornou maior o seu país".



A criação da CPI para investigar denúncias de corrupção nos Correios foi tema de amplo debate no Plenário. O senador Eduardo Suplicy recebeu críticas de senadores petistas e apoio da oposição por haver assinado o requerimento. Ele apresentou suas razões

Suplicy: "Agi de acordo com a consciência"

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que, ao assinar o requerimento de criação da CPI dos Correios, agiu, pela primeira vez em 25 anos de história do PT, em desacordo com a orientação do Diretório Nacional e com a decisão da maioria da bancada.

– Tomei a decisão que minha consciência determinou. Tudo o que se passou ao longo destas duas semanas, e especialmente na última quarta-feira – ao receber a comunicação de apoios por minha assinatura vindos de todos os cantos do Brasil, sobretudo da enorme base petista que tanto contribuiu para me eleger senador –, levou-me à decisão de assinar a CPI.

Suplicy relatou que durante a Parada Gay, realizada no último domingo em São Paulo, a cada metro recebia um cumprimento por sua decisão. Ele informou

Delcidio afirma que senador decepcionou bancada do PT

O líder do PT no Senado, Delcidio Amaral (MS), criticou Eduardo Suplicy por ter assinado o requerimento de criação da CPI, na contramão da decisão tomada pela bancada.

– Que decepção! Agimos exemplarmente, com respeito à história do PT e de seus membros. Procuramos encaminhar a solução que seria a mais conveniente para o momento. Construímos um acordo, e ele não foi cumprido.

Em aparte, Suplicy se defendeu: "O que fiz foi pelo bem do PT, do presidente Lula e de seu governo. Há ocasiões na história em que a maioria pode errar".

Ideli Salvatti (PT-SC) disse que Delcidio estava retratando o sentimento da maioria da bancada do partido no Senado.

Para Tião Viana (PT-AC), o senador paulista "agiu contra um princípio fundamental do PT, que é o sentimento de



Fotos: Roosevelt Pinheiro

APOIO Suplicy diz que recebeu cumprimentos em São Paulo e mensagens no seu site

ainda ter recebido 1.140 mensagens de apoio por meio do seu site na página do Senado.

Suplicy foi criticado por Delcidio Amaral (PT-MS), Tião Viana (PT-AC), Ideli Salvatti (PT-SC) e Paulo Paim (PT-RS).

Heráclito Fortes (PFL-PI) ressaltou que o pronunciamento de Suplicy estava fazendo bem ao país.



DESRESPEITO "Construímos um acordo, e ele não foi cumprido", observa Delcidio Amaral

unidade".

Paulo Paim (PT-RS) lamentou que Suplicy tenha se precipitado. Segundo ele, havia um entendimento com outros senadores petistas no sentido de todos apresentarem suas assinaturas ao mesmo tempo, caso ficasse constatado que a CPI era irreversível. A atitude de Suplicy teria desestimulado os demais parlamentares.



CRÍTICA Para José Agripino, "o presidente Lula também agride o sentimento da opinião pública"

Agripino defende Suplicy e indica nomes do PSDB/PFL

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), defendeu Eduardo Suplicy das críticas internas do PT relativas a sua decisão de assinar o requerimento de criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Correios.

Agripino afirmou que o presidente Lula, ao manifestar-se contra o ato do senador, "por possível indução da cúpula do PT no governo, também agride o sentimento da opinião pública de ver apontados os culpados".

– Quem quer a CPI é o povo. Quem não pensar assim vai pegar o bonde errado da história – disse Agripino, ao manifestar solidariedade a Suplicy.

Para o líder do PFL, o senador petista está sintonizado com o povo quando se posiciona a favor da apuração dos fatos denunciados pela imprensa.

Agripino também ressaltou, em seu discurso, a necessidade de que seja cumprido o Regimento Comum do Congresso quanto às indicações dos blocos partidários para a presidência e a relatoria da CPI.

Em nome do bloco PSDB/PFL, Agripino indicou à Mesa do Senado os nomes dos senadores titulares que irão compor a comissão de inquérito. São eles César Borges (BA), Heráclito Fortes (PI) e Demostenes Torres (GO), pelo PFL, e Antero Paes de Barros (MT) e Sérgio Guerra (PE), pelo PSDB.

Os suplentes são os senadores Efraim Morais (PB) e José Jorge (PE), pelo PFL, e Almeida Lima (SE), pelo PSDB.



AVALIAÇÃO Segundo Antonio Carlos, criação de comissão é benéfica para o PT

Para Antonio Carlos, é preciso formar logo a comissão

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que o PT sofreu uma grande derrota política com a criação da CPI dos Correios. Para o parlamentar, o senador Eduardo Suplicy agiu de acordo com a vontade da população e do próprio partido, ao assinar o requerimento de criação da CPI contra a decisão da bancada do PT.

– Se o conselheiro de Lula fosse o Suplicy, a derrota política não teria existido. A minha colocação hoje é de aplauso ao senador Suplicy. Sei que, aplaudindo, estou piorando a situação dele na bancada. Isso é do temperamento do senador Suplicy, agir por conta própria. Ele merece nosso respeito e tem idéias próprias – elogiou Antonio Carlos.

Na opinião do senador baiano, a criação da comissão parlamentar de inquérito foi benéfica para o PT. Ele acredita que a derrota política para o partido seria muito maior se a CPI não fosse criada, pois a população "se revoltaria".

– Precisamos imediatamente formar essa CPI; não queiram protelar, que é pior. Vamos encontrar as soluções, pois do contrário estaremos todo dia nesta tribuna reclamando – afirmou Antonio Carlos, logo após elogiar a isenção do presidente do Senado, Renan Calheiros, e do vice-presidente da Casa, senador Tião Viana.

Em aparte, Eduardo Suplicy disse esperar que o direito de defesa seja respeitado durante as investigações da CPI dos Correios.



REPERCUSSÃO Heloísa diz que punição a parlamentares prejudicaria candidaturas petistas

Denúncias de corrupção entristecem Heloísa

Para a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), as denúncias de corrupção no atual governo são "especialmente tristes". Ela afirmou que as denúncias de corrupção em outros governos, compostos de "adversários históricos", animavam mais ainda os militantes da esquerda socialista para realizar "o debate de classe".

Heloísa lamentou que as denúncias contra o atual governo, representante da esquerda, sejam as mesmas dos governos anteriores. Ela disse que "os que compartilham com a omissão [no atual governo] perdem a autoridade moral para falar da corrupção dos outros governos porque usam a dos outros governos para justificar o balcão de negócios do atual governo".

A senadora afirmou que falaria sobre "os novos dados do superávit construído sob a infame prática de cortar recursos sociais", mas que, devido às novas denúncias na mídia e ao pronunciamento de Eduardo Suplicy, mudaria seu tema.

Heloísa, que foi expulsa do PT por ter votado contra fechamento de questão determinado pelo partido, assinalou que nem Suplicy nem qualquer outro parlamentar que tenha assinado o requerimento de criação da CPI serão punidos.

– Não é por respeito, por amor, nada disso. É que eles sabem que, se expulsarem Suplicy, haverá repercussão negativa para as candidaturas do PT ao governo do estado e à Presidência da República – observou Heloísa Helena.



Para o deputado João Leão, autor do recurso, não há fato determinado para que se instale a comissão de inquérito. Após exame da comissão, matéria será submetida ao Plenário do Congresso

CCJ da Câmara examinará recurso

A Secretaria Geral da Mesa do Senado encaminhou à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara recurso do deputado João Leão (PL-BA) contrário à criação da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) destinada a apurar denúncias de corrupção nos Correios. O recurso foi apresentado na quarta-feira, durante sessão do Congresso.

Recebido o recurso, o pre-

sidente da CCJC, deputado Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ), designará um relator para a matéria, que terá prazo de duas sessões plenárias para oferecer seu parecer.

A exemplo da maioria dos parlamentares da base do governo, Leão é contra a comissão de inquérito por entender que não existe fato determinado para que ela seja instalada. A aprovação do recurso tem que

ocorrer com os votos da maioria simples dos deputados que compõem a CCJC. Qualquer que seja o resultado, a decisão ainda será submetida ao Plenário do Congresso.

Na sexta-feira, a Secretaria Geral da Mesa do Senado já havia encaminhado às lideranças o ofício solicitando a indicação dos senadores que tomarão parte da CPI. Já a Secretaria Geral da Mesa da Câmara for-

malizou os ofícios na manhã de ontem. O Regimento Comum do Congresso não estabelece prazo para que as indicações sejam feitas.

Segundo a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), o recurso apresentado por Leão é um "mero pretexto protelatório". Ela defendeu o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que recebeu críticas por ter assinado o requerimento de criação da CPI.



PREJUÍZO "Quanto mais tempo o PT empurrar os fatos com a barriga, pior será para o país", diz Heráclito

Heráclito cobra celeridade na realização dos trabalhos

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que quanto mais rápido a CPI for instalada e concluir os trabalhos, melhor será para o país. Ele defende a limitação das investigações aos fatos que provocaram a criação da comissão.

Ao lembrar que, em virtude de disputa política entre governistas e opositores, a CPI do Banestado foi concluída sem aprovar seu relatório final, o parlamentar disse temer que a politização da CPI dos Correios leve as investigações para o mesmo caminho.

– Quanto mais tempo o PT empurrar os fatos com a barriga, pior será para o governo e, principalmente, para o país. O presidente Lula, como homem bem-intencionado que é, deve dar um basta sobre o mau uso dos recursos públicos – afirmou.

Para Heráclito, os escândalos são tantos que se tornou difícil para o PT "jogar para debaixo do tapete" todas as denúncias.



DISCORDÂNCIA Almeida Lima contesta declarações do governo contra a comissão de inquérito

Comissão valoriza a classe política, diz Almeida Lima

A instalação da comissão de inquérito para investigar denúncias de corrupção nos Correios dará ao povo a demonstração de que a classe política não está deteriorada, segundo o senador Almeida Lima (PSDB-SE). Para ele, ocorre inversão de valores quando autoridades que se posicionam contra a CPI fazem afirmações como a de que apurar a corrupção seria "um golpe das elites contra as instituições democráticas".

Almeida Lima criticou especialmente declarações dos ministros Tarso Genro, da Educação, Aldo Rebelo, da Coordenação Política, e Waldir Pires, da Controladoria Geral da União.

– Golpe contra a democracia é tentar varrer a lama para baixo do tapete – afirmou.

O parlamentar também contestou a tese de que a comissão parlamentar de inquérito pode ser transformada em palanque político.



ENTENDIMENTO Segundo Renan, o ideal seria que houvesse um acordo para a escolha do presidente da CPI

Renan nega formação de bloco entre PT e PMDB

O presidente do Senado, Renan Calheiros, negou a existência de negociações para a criação de um bloco partidário integrado pelo PMDB e pelo PT com o objetivo de garantir aliados do governo na presidência e na relatoria da CPI dos Correios. Renan disse que só tomou conhecimento do assunto pela imprensa e que a criação do bloco não contribuiria em nada.

– Não sei se o governo vai querer ter o controle dessa comissão, pois poderia parecer à opinião pública que o governo não quer investigar. O ideal é que se faça um acordo para eleger o presidente e que este indique um relator, em consenso com os partidos – afirmou.

O Regimento do Congresso determina que, não havendo acordo, será realizada eleição para eleger o presidente da CPI, que escolherá um relator – não podendo ser do mesmo partido ou integrar a mesma Casa legislativa do presidente.



RISCO Suassuna adverte para consequências do "esgarçamento da confiança" entre aliados

Suassuna: governo deve cumprir compromissos

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) destacou a importância de o governo cumprir os compromissos firmados com seus aliados. Para ele, a possibilidade de "esgarçamento da confiança entre as partes" seria muito ruim.

Suassuna afirmou ter compartilhado esses comentários com os senadores petistas Eduardo Suplicy (SP), Serys Slhessarenko (MT) e Cristovam Buarque (DF), durante evento na embaixada da China. Para o parlamentar, o governo e a economia brasileira vão bem, mas a política, não.

Em aparte, Suplicy admitiu a participação de partidos no governo, mas considerou inadequado um parlamentar condicionar seu apoio a indicações para cargos públicos. Já Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) comentou carta de Suassuna ao líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), em que abre mão de indicações para a Sudene e para os Correios.

Senado recebe exemplar da Bíblia em braile

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, receberá hoje um exemplar da primeira edição completa em língua portuguesa da Bíblia em braile. A obra, produzida pela Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), é composta por 38 volumes e será exposta pela primeira vez em Brasília.

A entrega será feita às 18h30, no *hall* da biblioteca. A publicação, que pesa aproximadamente 40 quilos, fará parte do acervo permanente da Casa e ficará à disposição do público para consulta. A iniciativa conta com o apoio do senador Marcelo Crivella (PL-RJ).

Os volumes da Bíblia em braile vêm sendo distribuídos gratuitamente aos deficientes visuais cadastrados no programa de inclusão social que a SBB desenvolve há mais de dez anos. Porém, devido ao alto custo da publicação, a entidade esclarece que vem empreendendo esforços no sentido de que a obra esteja disponível em todas as bibliotecas públicas do país. Atualmente, a biblioteca do Senado mantém um acervo em braile com cerca de 30 títulos.

Oportunidade

A Bíblia em braile foi lançada em novembro de 2002. O livro adota estrutura gramatical mais próxima do idioma falado pelos brasileiros e oferece tradução acessível às pessoas alfabetizadas em braile. Para simplificar a leitura, explica a SBB, o projeto editorial aboliu abreviações e incluiu um índice no rodapé, para que os textos bíblicos possam ser localizados com facilidade.

De acordo com a SBB, o Brasil possui hoje cerca de 1,6 milhão de pessoas portadoras de deficiência visual total. Na maioria das vezes, o problema ocorre devido a condições nutricionais e de saúde da população. Segundo a entidade, essa situação determina o perfil do deficiente visual brasileiro, no que diz respeito à educação e à profissionalização: baixa escolaridade e exclusão do mercado de trabalho.

Simon lamenta rejeição do povo francês à Carta da UE

■ Senador diz torcer para que UE se torne um fator de equilíbrio no mundo, diante da supremacia americana

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que recebeu “com mágoa” o repúdio do povo francês à Constituição da União Européia (UE), manifestado em referendo no último domingo. Ele assinalou que não vê essa rejeição como um retrocesso, mas apenas como uma necessidade de revisão daquela Carta.

– Esta Constituição o povo francês não aceita. O argumento é que vai dar muita ação para o liberalismo, que abrirá as portas para que grandes empresas com facilidades se adonem de territórios e, por outro lado, que



COBRANÇA Simon diz que veto significa necessidade de reforma da Constituição do continente europeu

abrirá em definitivo as portas para que os emigrantes de países mais pobres terminem vindo fazer concorrência à mão-de-obra francesa.

Simon disse que torce para que a UE seja uma realidade, porque, a seu ver, a Europa unida será um fator de paz, de

entendimento e de garantia da estabilidade.

– A Europa unida, assim como a China crescendo, serão forças que participarão da organização mundial, dando um equilíbrio, não tendo, como hoje, a supremacia absoluta dos americanos.

Simon também advertiu o presidente Lula para o momento que seu governo está vivendo e pediu que ele faça as transformações que prometeu.

– Que Deus ajude o presidente a entender que a hora é de grandeza e de humildade. A hora é de uma visão nacional. A hora é de estadista e não de picuinhas, das questões miúdas. A hora é de olhar para a frente.

Em aparte, Marco Maciel (PFL-PE) observou que o povo francês votou pensando mais nas questões internas.



EXEMPLO Mão Santa afirma que Brasil deveria seguir modelo de política econômica do Chile

Juros altos só beneficiam os bancos, diz Mão Santa

Ao retomar suas críticas à política econômica do governo, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que somente os bancos são beneficiados, aproveitando-se dos juros altos. Ele apontou o modelo empreendido no Chile como exemplo a ser seguido.

– Este governo serve aos banqueiros, que usam as riquezas produzidas pelos trabalhadores – disse o representante do Piauí, tachando de mentirosa a informação de que os empréstimos consignados em folha de pagamento, e autorizados pelo governo, sejam mais baratos.

Ideli responde a discursos citando êxitos da economia

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que, pelos discursos feitos nos últimos dias no Senado, parece que o país “vive uma catástrofe”, mas as agências de notícias mostram que “a economia vai muito bem” e o mercado reage com tranquilidade aos últimos acontecimentos políticos, inclusive à criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Correios.

Ideli leu notícia segundo a qual o dólar e o risco Brasil, sujeitos a volatilidade em momentos de crise, têm caído desde o começo de maio. O dólar já diminuiu, frente ao real, 5,65%, enquanto o risco Brasil caiu, no período, 8,5%. Outra notícia de agência mencionada pela senadora petista informa que o Brasil é o quinto país, entre os emergentes, que mais tem recebido investimentos estrangeiros.

Ela constatou que “os discursos da oposição tentam passar a idéia de que há um mar de

Para Mão Santa, a política econômica do Chile deveria servir de exemplo para o Brasil. Ele citou reportagem publicada pela revista *Veja* desta semana em que são analisados os motivos do sucesso da economia chilena. O senador destacou a responsabilidade fiscal e as reformas tributária e educacional lá realizadas como principais razões desse sucesso.

O senador também lamentou os casos de corrupção que têm sido denunciados pela imprensa, apontando a existência de uma “epidemia” cuja origem estaria relacionada ao suposto esquema de arrecadação de fundos para as campanhas eleitorais do PT montado na cidade de Santo André (SP). Esse esquema se basearia na cobrança de propinas dos fornecedores da prefeitura local e poderia estar ligado ao assassinato do então prefeito Celso Daniel (PT).

Mão Santa defendeu a abertura de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) para “vacinar o Brasil contra a corrupção”.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, tem aumentado os juros básicos da economia para “demonstrar firmeza e parecer que está acima do bem e do mal”.

Renan recebe Conselho Empresarial Brasil-EUA

Ao receber ontem, em seu gabinete, o presidente do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, Tom Catania, o presidente do Senado, Renan Calheiros, fez uma explanação sobre a atual situação política do Brasil e sobre o que o Congresso está fazendo para que o país possa tornar-se mais atrativo para investimentos estrangeiros. Quanto ao acirramento de ânimos entre governo e oposição, o senador disse tratar-se apenas de uma turbulência.

Renan explicou aos empresários que o Congresso está procurando colocar na ordem do dia uma agenda não de um partido do governo, mas de in-



AGENDA Renan enumera para os visitantes projetos como a reforma do processo orçamentário e a implementação das parcerias público-privadas

teresse do país. Ele enumerou projetos importantes, como o complemento da reforma do Judiciário, alterações na tramitação de medidas provisórias,

a reforma tributária e um novo modelo de Orçamento. O senador destacou ainda o referendo sobre a proibição da venda de armas de fogo no país.

Sessão lembrará luta contra trabalho infantil

Senadores de diversos partidos apresentaram, ontem, à Mesa requerimento para que o Senado realize, no dia 10 de junho, uma sessão especial para comemorar o Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil, em 12 de junho. O pedido tem as assinaturas de Cristovam Buarque (PT-DF), Patrícia Saboya (PPS-CE), Paulo Paim (PT-RS), João Capiberibe (PSB-AP), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Heloísa Helena (PSOL-AL).

Dados divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) indicam que há cerca de 3,8 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 e 16 anos, trabalhando no Brasil. Desse total, cerca de 20% não frequentam a escola.

Igrejas continuarão recolhendo armas

Igrejas cristãs de vários estados continuarão a recolher armas nos sábados, até o dia 23. Diante do êxito do Mutirão Nacional de Entrega de Armas, realizado no último dia 21 de maio, muitas igrejas tomaram a iniciativa de estender a campanha. A informação é da ONG Viva Rio, que organiza o movimento junto com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) e a Visão Mundial.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que o dia 3 de julho próximo foi escolhido como o Dia Nacional do Desarmamento, com a intenção de mobilizar a sociedade para o referendo sobre o comércio de armas de fogo no país.

lama no país e o governo é corrupto”. Para a senadora, a corrupção infelizmente não é novidade e a Polícia Federal tem constatado, nas dezenas de operações empreendidas desde o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, que muitas delas começaram há uma década.

Ideli citou a Operação Ajuste Fiscal, que prendeu auditores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que fraudavam havia mais de dez anos. A Operação Gafanhoto verificou corrupção de autoridades em Roraima desde 1998, enquanto as fraudes na merenda escolar (Operação Gabiru) começaram em várias prefeituras também há dez anos. E observou que o primeiro caso de fraude em concurso público ocorreu há 24 anos.

A representante de Santa Catarina registrou que a Polícia Federal já efetuou mais de 70 operações contra a prática de corrupção, quando foram presas cerca de 1.200 pessoas.



ACESSO A maioria dos alunos das instituições públicas pode pagar pelos cursos, argumenta Crivella

Crivella propõe cobrar anuidade nas federais

Os estudantes de universidades públicas provenientes de famílias cuja renda seja superior a 30 salários mínimos – o equivalente a R\$ 9 mil – poderão passar a contribuir para a manutenção de seus estudos, por meio de uma anuidade que seria correspondente à média do custo *per capita* dos alunos matriculados no curso. A medida está prevista no Projeto de Lei 177/05, do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que se encontra na Comissão de Educação (CE), para decisão terminativa.

A proposta, que ainda aguarda indicação de relator e não

recebeu emendas no prazo regimental, poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, a não ser que se apresente requerimento assinado por pelo menos nove senadores para sua votação também no Plenário do Senado.

Ao justificar seu projeto, Marcelo Crivella observa que as universidades federais vivem “à míngua de recursos” e que a igualdade de oportunidades prevista pela Constituição acaba sendo prejudicada pela desigualdade econômica que afasta estudantes mais pobres do ensino universitário.

– A maior parte das vagas das instituições públicas é ocupada por estudantes que poderiam pagar seus cursos nas universidades privadas, impedindo, indiretamente, que tais vagas sejam oferecidas a estudantes carentes dos recursos necessários, muitas vezes, para pagar as taxas dos exames vestibulares – sustenta o senador.

A “igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola” encontra-se entre os princípios constitucionais que regem o ensino no país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), por sua vez, estabelece a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Efraim defende universidade do sertão na Paraíba

O senador Efraim Morais (PFL-PB) defendeu em Plenário a criação da Universidade Federal do Sertão Paraibano. O senador acredita que a nova universidade representará um marco histórico na busca pela superação do subdesenvolvimento do sertão da Paraíba.

– Trata-se de uma instituição estratégica para o crescimento sustentável da região – afirmou ele, lembrando que pesquisas acadêmicas podem gerar e difundir ciência e tecnologia adaptadas à região.

O parlamentar anunciou que a universidade deverá ter oito centros acadêmicos, abrangendo áreas como ciências sociais, humanas, exatas, da saúde e tecnológicas, distribuídos em oito ou mais cidades do sertão paraibano. Essa nova instituição, acrescentou, atenderá a uma população de cerca de 900 mil habitantes.

Efraim disse acreditar que o governo federal “estará sensível” à proposta de criação da universidade, uma vez que a



AVANÇO Segundo Efraim, a criação da instituição será estratégica para o crescimento sustentável da região

expansão do sistema federal de ensino superior é uma das metas da atual gestão do Ministério da Educação. De acordo com o senador, o momento é o mais adequado para a adoção de tal medida.

– A Paraíba precisa ser mais eficiente na solução do progressivo esvaziamento econômico de sua região sertaneja. O momento não poderia ser mais favorável, quando se vislumbra a regularização da oferta de água, a construção da Ferrovia Transnordestina, a recriação da Sudene, além de diversos outros projetos promissores para o Nordeste e para o nosso estado – avaliou o parlamentar.



DENÚNCIAS Representantes de comunidades locais participam de audiência pública realizada pela comissão

Indígenas reivindicam posse de terra no Ceará

Em visita à aldeia tapeba, a CPI da Terra ouve relatos sobre grilagem e violência contra os índios

A demarcação de terras foi a principal reivindicação dos índios tapebas apresentada durante a visita da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Terra, ontem, à aldeia localizada no município de Caucaia, a cerca de 17 quilômetros de Fortaleza. Em 1986, os tapebas viviam em uma área de mais de 30 mil hectares e hoje reivindicam a posse sobre 4,6 mil hectares. Juntamente com representantes de comunidades de pescadores e quilombolas, os indígenas denunciaram a grilagem de terras, impulsionada pela especulação imobiliária, pelo turismo e pela criação de camarão.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), há

no Brasil 110 áreas indígenas não-demarcadas em processo de avaliação. Desse total, 15 estão no Ceará. No governo atual, foram demarcadas 42 áreas, mas apenas uma naquele estado – a dos índios tremembés, no município de Maracanaú.

– A maioria das terras onde há conflito pertence à União, ou são terras devolutas do estado do Ceará. Muitos desses conflitos podem ser resolvidos com a perícia da cadeia dominial – afirmou Jeferson Souza da Silva, membro do Fórum da Zona Costeira, que representa entidades da região.

Segundo Jeferson, o laudo de controle dominial é capaz de oferecer o embasamento jurídico para solucionar disputas de terras. Ele citou como exemplo o caso da área localizada na praia de Canto Verde, no município cearense de Beberibe.

– A comunidade conseguiu provar, por meio da perícia, que os documentos da empresa imobiliária Henrique Jorge, que

reivindicava a posse da área, estavam irregulares – contou.

O relator da CPI da Terra, deputado federal João Alfredo (PT-CE), ressaltou que a perícia da cadeia dominial é uma forma de resolver a questão sem que o governo tenha de arcar com todos os custos de desapropriação.

Agressões

Durante a visita à aldeia, o representante da Articulação dos Povos Indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), Dourado Tapeba, denunciou a violência contra os índios, inclusive por parte da Polícia Militar. Jeferson da Silva confirmou as acusações.

O presidente da CPI, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), apoiou a manifestação de Dourado Tapeba e destacou o “desrespeito aos direitos humanos” no Ceará. O administrador regional da Funai, Petrônio Cavalcanti, reconheceu que o governo não consegue fiscalizar todos os conflitos no estado.

Deputados sugerem estatização de cartórios

A existência de pistolagem no Ceará foi denunciada aos parlamentares da CPI da Terra, durante a audiência pública. A comissão recebeu a sugestão de que os cartórios de registro de imóveis sejam estatizados, como forma de combater a grilagem, uma das maiores causas dos conflitos de terras.

A audiência foi realizada a pedido da deputada estadual Íris Tavares (PT-CE), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Ceará. Autora das denúncias de

pistolagem, ela afirmou que as execuções estão aumentando e que a maioria das vítimas são trabalhadores rurais. Segundo Íris, em 2003 houve no estado cerca de 80 mortes por execução e, em 2004, quase 140.

– Para combater o problema é preciso reconhecer sua existência, mas o governo estadual está determinado a não fazê-lo. O secretário de Segurança, Wilson Nascimento, diz que há apenas fatos isolados. Mas a circunstância dos crimes não permite tal interpretação – ressaltou.

– A CPI da Terra vai apresentar sugestões ao Ministério Público e às autoridades, para que sejam tomadas as providências devidas – declarou Alvaro Dias.

O deputado estadual José Maria Pimenta (PSDB-CE) defende a estatização dos cartórios de imóveis, assim como João Alfredo, relator da CPI.

– É necessário fazer uma devassa nos cartórios para conhecer efetivamente a origem das propriedades de terras no país – opinou.



MORTAL As fibras do mineral, diz Zambiasi, se prendem nos alvéolos pulmonares e não são eliminadas

Zambiasi defende projeto para banir o uso de amianto

Com a finalidade de proteger os trabalhadores e a população contra doenças causadas pela exposição ao asbesto, tramita na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) projeto do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que visa proibir todas as formas de aproveitamento desse mineral. O asbesto é a denominação genérica das

fibras de silicatos e hidratados de minerais, como magnésio e cálcio, cuja variedade mais pura é o amianto. Conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 100 mil pessoas morrem por ano devido à exposição ao mineral.

O PLS 172/05 tem por objetivo também proibir o uso, sem regulamentação, de minérios

e rochas que contenham esses silicatos, entre eles a popular pedra-sabão. Segundo Zambiasi, a manipulação inadequada desses minérios produz as mesmas doenças causadas pelo amianto.

– O amianto, que já foi considerado a seda natural e um mineral mágico, é, na verdade, uma fibra mortal, cujo uso deve

ser banido do território nacional – alertou Zambiasi.

Na justificativa do projeto, o autor explica que a principal doença causada pela exposição ao asbesto é a pneumoconiose pulmonar, decorrente da aspiração das fibras do mineral, que se fixam nas paredes dos alvéolos pulmonares e jamais são eliminadas.

Lei para recuperar empresas anima Lúcia Vânia

A Lei de Recuperação de Empresas, já sancionada pelo presidente da República e que entrará em vigor a partir de amanhã, 1º de junho, pode significar uma revolução institucional na economia brasileira. A opinião é da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), para quem a nova lei representa o coroamento de grande esforço do Legislativo em benefício do país.

Os primeiros sinais positivos da mudança, segundo ela, aparecem em pesquisa do Serasa, empresa de informações econômico-financeiras e cadastrais. Com base em dados divulgados pelo gerente de análise setorial, Marcos Abreu, a senadora diz que foram decretadas 313 falências em abril deste ano, contra 458 em abril de 2004. Na comparação mês a mês, a queda foi de 31,7%.

Apesquisa mostra ainda recuo no volume de requerimentos de falências de 36,7%, até abril de 2005. Foram solicitadas 810 falências nos primeiros quatro meses deste ano, contra 1.279 no mesmo período de 2004.

Para Lúcia Vânia, os dados demonstram que o mercado está ansioso pela aplicação das novas regras, porque elas visam à continuação da atividade empresarial, ao contrário da Lei de Falências ainda em vigor.



CENÁRIO Dados sobre redução de falências, avalia Lúcia Vânia, indicam expectativas positivas no mercado

Lobão: desmatamento da Amazônia é escandaloso

■ Para senador, cruzar os braços diante da destruição da área é um convite a processo intervencionista

O senador Edison Lobão (PFL-MA) manifestou ontem preocupação diante dos dados recentes sobre o desmatamento da Amazônia, o que ele classificou de “escândalo internacional”.

O parlamentar observa que os 26 mil quilômetros quadrados devastados no período 2004/2005, segundo relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), correspondem a extensões que superam muitos dos estados da Federação e vários países.

Para Lobão, é ilusória a suposta segurança de que, faça-se na Amazônia a devastação que



Fotos: Roosevelt Pinheiro

ESTRAGO Superfície destruída, observa Lobão, supera a de muitos estados da Federação e até de países

se quiser fazer, o mundo a assistirá de braços cruzados.

– Não impedir a progressiva destruição da Amazônia é uma missão impatriótica, uma provocação aos que lutam pela preservação do meio ambiente e um convite a algum processo intervencionista que agrediria

a soberania nacional – disse.

O senador citou o artigo “Desmatamento e Política”, do jornalista e ex-presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) Fernando César Mesquita, publicado no *Jornal do Brasil* em 27 de maio. Mesquita lembra os progressos na defesa da Amazônia durante o governo José Sarney, graças ao apoio às ações do Ibama. O desmatamento de 17.770 quilômetros quadrados, em 1988, caiu para 13.730 quilômetros quadrados em 1989/90, e 11.030 quilômetros quadrados em 1990/91.

– Defrontando com os 26 mil quilômetros quadrados de 2004/2005, salta aos olhos mais incautos a obviedade de que alguma ou muita coisa se deixou de fazer para impedir as ameaças à integridade amazônica.

Trabalho escravo não pode ficar impune, diz João Alberto

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) afirmou que é preciso acabar com a impunidade para quem explora o trabalho escravo no país. Na opinião do parlamentar, o trabalho forçado só vai desaparecer quando as punições ocasionarem perdas financeiras aos culpados.

João Alberto citou relatório global da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgado na primeira quinzena de maio, no qual o Brasil é elogiado pelo combate à escravidão e ao trabalho forçado. Mesmo assim, observou o senador, ainda existem no país 25 mil cativos em fazendas e carvoarias, em situações que ferem a

dignidade humana.

– São situações em que o trabalhador é obrigado a executar tarefas árduas mediante pagamento ínfimo de diárias que ultrapassam a jornada normal de trabalho, sem direito a descanso semanal, sem comida e alojamento adequados e convenientes – lamentou.

O perfil do trabalhador vitimado pelo trabalho escravo, conforme o senador, é o da pessoa obrigada a sair do interior, por não ter terra nem emprego. A existência do trabalho forçado deve-se também à omissão do Estado, acrescentou. Para ele, a legislação brasileira, quando trata do assunto,



IMPERFEIÇÃO João Alberto classifica legislação sobre trabalho forçado de “falha, imprecisa e ambígua”

é falha, imprecisa e ambígua. João Alberto criticou ainda os projetos de reforma agrária, que, em sua opinião, apenas “jogam as famílias na terra e não lhes propiciam condições para que cultivem a terra”. Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou o colega pelo discurso.



INCOERÊNCIA Recursos erguam pocilgas, conforme Ideli, mas não garantiam a construção de casas

Ideli destaca programa para habitação rural

Ao registrar que participou, na sexta-feira, do 1º Encontro de Habitação para a Agricultura Familiar, em Cordilheira Alta (SC), Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltou que, pela primeira vez na história, o governo oferece financiamento habitacional para agricultores familiares. Ela explicou que o programa inclui construção, reforma e ampliação de casas em área rural.

– Os agricultores familiares, responsáveis pela maior parte da produção que comemos e também por 40% das exportações agrícolas, tinham financiamento para pocilga e estrebaria, mas não para construir suas casas – disse Ideli.

O encontro, para avaliar e fortalecer a luta dos agricultores, reuniu mais de 3 mil produtores de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Ideli disse que ficou emocionada com a inauguração de uma casa construída por convênio entre a Caixa Econômica Federal e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) comunicou que recebeu do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, a garantia de que até junho começam os pagamentos para agricultores que têm direito ao seguro agrícola.